

2º PAINEL:

A EXCLUSÃO ESCOLAR E SOCIAL

Pe. Amadeu Pinto

Gostava de apresentar, muito rapidamente, a Prof^ª. Isabel Guerra, professora de Sociologia do ISCTE, a Dr.^a Márcia Trigo, coordenadora do programa de Educação para Todos e o Sr. Eng. Mário Seca, Vice-Presidente da Associação Industrial Portuguesa. Vamos falar esta tarde sobre “A exclusão escolar e social”. Muito concretamente, a Prof^ª. Doutora Isabel Guerra falar-nos-á da exclusão social no âmbito da educação multicultural e a Prof. Doutora Márcia Trigo sobre a exclusão social na escola básica. Fixei uma frase sua, interessantíssima, em que exprime a intenção de “excluir a exclusão”, o que é bonito, vamos a ver se a gente consegue! O Sr. Eng. Mário Seca, por sua vez, abordará a questão mais num contexto empresarial. A pedido da Sr.^a Presidente do Conselho Nacional de Educação, e com muito gosto o faço também em meu nome pessoal, agradeço aos intervenientes, que nos vão certamente ajudar a reflectir sobre este tema.

Passo imediatamente a palavra à Prof^ª. Doutora Isabel Guerra.

Prof^ª. Doutora Isabel Guerra¹

Vivemos numa mutação económica decisiva (a mundialização) e vivemos também o esgotamento de um certo modelo de regulação económica. Mas sentimos, simultaneamente, que o problema é mais amplo,

¹ Bibliografia

Grupo de Lisboa, 1994, **Limites à competição**, 2^a edição, Publicações Europa-América.

Jean-Paul Fitoussi, Pierre Rosanvallon, 1996, **Le nouvel âge des inégalités**, Ed. Seuil, Paris.

com o desenvolvimento das mundialização constatamos o estabelecimento de relações inéditas entre a economia a política e a sociedade.

As grandes transformações que sofremos não podem ser reduzidas aos fenómenos de extensão e internacionalização da economias. Se estes produzem os efeitos destruturantes que constatamos é porque eles decorrem **num quadro de transformação das nossas sociedades ao nível interno**. Estas são particularmente sensíveis ao choque da mundialização porque são atravessadas por novas fragilidades marcadas por formas novas de desigualdades.

A mais visível das transformações é a da mundialização das economias. Mas há outra mais subterrânea que reenvia para os efeitos destruturadores da construção identitária no mundo moderno. A crise que atravessamos é, assim, simultaneamente económica e antropológica: é **simultaneamente crise da civilização e crise do indivíduo**.

Nas crises de que falamos defrontam os desequilíbrios das instituições tradicionalmente encarregadas da inserção social (do estabelecimento dos **laços sociais**) e da solidariedade (**crise do Estado**), das formas de relação entre o económico e o social (**a crise do trabalho**) e dos modos de constituição das identidades individuais e colectivas (**crise do sujeito**).

1. MUNDIALIZAÇÃO DA ECONOMIA

A mundialização da economia traz como efeitos, o aumento da competição entre espaços, capitais e mão-de-obra, a dualidade do mercado de emprego e consequente aumento das formas de exclusão social. Estamos, assim, numa sociedade paradoxal em que o crescimento da riqueza é acompanhado do crescimento da pobreza.

De forma sintética, poderemos dizer que assistimos a uma mundialização da economia que se traduz pela concentração da direcção da produção mundial sediada nos países do centro e a uma descentralização

de unidades produtivas para onde a flexibilizado da mão de obra, o nível salarial é mais baixo e a poluição industrial é menos controlada.

Cada vez mais se apontam os limites deste crescimento baseado numa competição feroz e desigual, dado que não permite a resolução de problemas fulcrais nas sociedades modernas. São, por um lado, as desigualdades socio-económicas dentro e entre nações, são por outro lado, as dimensões de exploração e os danos causados em sistemas de suporte da vida global (desertificação, extinção de espécies vegetais e animais essenciais ao equilíbrio dos sócio-sistemas, poluição dos rios, etc.), etc.

A competição, não pode resolver os problemas da sociedade moderna “*O mercado concorrencial é, em si mesmo, autodestruidor, num contexto de nações em competição*” (Grupo de Lisboa, 1994, p.19)

Defende-se que a resposta para as necessidades e oportunidades do presente e do futuro imediato requer o repensar dos sistema de governo tornando-os cooperativos, o que exige um *contrato social global* e o desenvolvimento de novas formas de cidadania.

O desemprego de massa é o vector evidente e o primeiro sentimento de insegurança e vulnerabilidade que tiraniza a sociedade. Mas cada um sente que a crise actual tem raízes mais profundas de ordem estrutural que relevam de uma dimensão antropológica. Crise de civilização e crise do individuo, *panne* das instituições de inserção social, das relações entre o económico, o político e o social; dos modos de constituição das identidades individuais e colectivas (crise do sujeito).

A ambivalência do crescimento do **individualismo** advêm, simultaneamente, dos factores de liberdade e emancipação que traz consigo, mas também dos factores de insegurança e de solidão que o acompanha - cada um tem de encontrar por si só o seu sentido para a vida:

Estas recomposições identitárias advêm do acumular **de pequenas mudanças** que transformaram profundamente a vida de cada um, quer seja nas formas de trabalhar, de aprender, de nos preocuparmos com a saúde ou somente das relações com os outros.

Estamos cada vez mais obrigados a tomar conta de nós. As instituições sociais que organizavam, canalizavam e controlavam os nossos comportamentos apagaram-se lentamente. **A liberdade não está somente por conquistar, torna-se um imperativo** pesado - “sê autónomo”, “sê responsável”; são apelos que se tornaram ordens, acabaram por gerar, uma ligação contraditória entre as coisas e as pessoas. Da mesma forma, a individualização-emancipação desdobra-se em emancipação-fragilização. Tudo se torna mais indeterminado e cada um tem de organizar a sua vida de forma mais precária e mais solitária.

No livro Branco sobre Educação e Formação (1995) escreve-se: *“A escalada do sentimento de insegurança é um dado fundamental deste fim de século....Perante esta crise, uma melhor informação do público, embora indispensável já não basta. É a divulgação do conhecimento que fará desaparecer este clima irracional. É pela evidência da relação entre ciência e progresso humano e pela consciência dos seus limites que a civilização científica e técnica será aceite e que melhor poderá ser divulgada uma cultura da inovação. Em muitos países europeus, a resposta organiza-se a dois níveis: cultural é ético”*(p.12)

Assiste-se ao declínio dos corpos intermédios e a uma profunda mutação da relação entre o individual e o colectivo e há um esforço suplementar para construir pessoalmente a existência e dar um sentido à nossa vida.

Ressalta neste colóquio a preocupação pela crise das instituições tradicionais de inserção social - o Estado-Providência mas também a família e a escola.

De facto, a mundialização das economias vai exigir novas alianças entre empresas e Estados o que altera profundamente a lógica de funcionamento e de legitimidade social de uns e de outros. As empresas, sobretudo, as internacionais com peso importante nos mercados mundiais, adquirem uma legitimidade próxima daquela outrora atribuída aos Estados. Por outro lado, elas exigem aos Estados que as suportem, nomeadamente em empreendimentos de maior risco ou menor lucro imediato.

Por sua vez, para os Estados nacionais a sua independência e poder dependem largamente da penetração das "suas" empresas nos mercados internacionais.

Os Estados assumem, assim, como sua função, garantir que as empresas - esses actores chaves do seu desenvolvimento - consigam concretizar a mundialização da economia "nacional". Eles garantem-lhes os custos de infra-estruturas, as necessárias isenções fiscais, o melhor acesso aos mercados nacionais e internacionais, etc.

Por toda a parte, os Estados efectuem transferências maciças de recursos colectivos públicos em favor de empresas privadas, sobretudo multinacionais, a fim de permitir a sua sobrevivência e a manutenção do seu processo de acumulação.

Assiste-se, assim, a uma intervenção crescente dos Estados ao nível económico porque uma vez que uma nação está integrada na economia mundial a implantação produtiva e a circulação de mercadorias são controladas e negociadas pelos Estados nacionais.

Estas transformações das funções, e necessariamente, da lógica do aparelho público, trazem indefinições sobre os novos modelos de intervenção e de responsabilização dos vários parceiros, públicos ou privados, centrais ou locais, nas diferentes esferas da vida social e trazem, sobretudo, um desinvestimento na esfera da reprodução social.

Simultaneamente, faz-se um apelo às instituições da sociedade civil para que "compensem" a perda de funções do Estado - sejam elas a família, a escola, as IPSS.

A família clássica - ponto tradicional de equilíbrio - (35% de índice de divorcialidade em França) em equilíbrio instável não parece ser uma instituição em decadência mas é uma realidade sociológica em clara mudança. O isolamento familiar parece ter um papel determinante nos fenómenos de ruptura social e na procura das suas novas funções e equilíbrios. Actualmente parece que todos os membros da família se sentem em insegurança nos seus papéis respectivos - do homem à mulher, da criança ao jovem.

2. O DESAFIO DA IGUALDADE DE OPORTUNIDADES

Neste contexto de mudança aquilo que poderíamos apelidar das *teorias éticas da organização social* permitem melhor compreender porque é que a igualdade de oportunidades é um contexto fundamental do novo contrato social. **Um contrato social, implica uma definição dos domínios em que uma sociedade entende ver promover a igualdade e quais as diferenças que contempla.**

O que se passa hoje é que as desigualdades reais parecem contradizer os princípios de igualdade veiculados nos discursos políticos: igualdades perante os impostos; as prestações sociais, a administração, etc.

A questão das desigualdades é de grande complexidade e dela pode a sociedade fazer várias leituras. No momento actual, a percepção da subida das desigualdades pode ser dada através 3 categorias de acontecimentos:

- **um enfraquecimento crescente dos princípios de igualdade que estruturavam** a nossa sociedade enquanto que as desigualdades efectivas não diminuíram;
- **um crescimento das desigualdades estruturais** tais como são tradicionalmente medidas; desigualdades de rendimentos, de despesas, de patrimónios, de acesso à educação, etc.
- a **emergência de novas desigualdades**, consequências efectivas de evoluções técnicas, jurídicas, económicas ou ainda de mudança na percepção da relação do individuo ao outro.

Claro que a igualdade não é um estado, mas um projecto, um princípio de organização que estrutura o futuro de uma sociedade. A igualdade é assim, um projecto de sociedade e uma linha de política.

3. O REFORÇO DO PAPEL DA ESCOLA NO CONTEXTO DA IGUALDADE DE OPORTUNIDADES E COMO FACTOR DE INSERÇÃO SOCIAL

O Livro Branco sobre Educação e Formação faz repousar o seu pensamento sobre a sociedade moderna em 3 pilares base - **a educação, a cultura e o emprego** - base articulada necessária a um novo modelo civilizacional mais democrático enraizado na identidade pessoal, na cidadania e na igualdade de oportunidades.

A educação vai assumindo **um papel crescente na construção dessa nova sociedade em tempo**, em funções, em conteúdos de aprendizagem - das cognições, atitudes, valores, etc.

Do ponto de vista da análise científica e do discurso político, nunca a educação foi tão valorizada encarada como essencial, não apenas ao desenvolvimento económico e social mas também à autonomia e realização individual. Mas é enorme a distância entre a teoria e a prática. O diagnóstico está feito, as terapêuticas são conhecidas, mas a sua implementação está numa fase muito incipiente.

O Livro Branco sobre Educação e Formação afirma mesmo “o fim dos debates de princípio” que ocupavam pedagogos, políticos e cientistas a meados do século dada a sua aceitação generalizada:

- *“Cultura geral e formação para o emprego deixaram de ser opostas e estanques. A importância dos conhecimentos gerais necessários para dominar os conhecimentos profissionais é reconhecida cada vez em maior escala.*
- *Aumentaram os pontos de contacto entre a escola e a empresa. Isto mostra que as barreiras culturais ou ideológicas que separavam a instituição educativa e a empresa se desfazem em benefício de ambas as instituições. De acordo com os Estados-membros e as suas tradições, esta aproximação ou esta cooperação manifesta-se durante a formação inicial ou através da formação permanente.*

- *princípio da igualdade de direitos em matéria de educação é cada vez mais apreciado em termos de igualdade de oportunidades. Actualmente são aceites as discriminações positivas a favor de públicos mais desfavorecidos, a fim de prevenir o insucesso escolar.*
- *advento da sociedade da informação, após ter preocupado o mundo do ensino, revelou novas solicitações de educação e de formação e começou a renovar os métodos pedagógicos.” (p.27)*

Neste contexto de mudança, gerador de novas identidades, desigualdades e procuras, a escola tem um papel fundamental como factor de promoção da igualdade de oportunidades e como instituição de coesão social. A maioria das pesquisas sobre crianças e jovens em processos de risco e de desinserção social mostram um passado comum - a fuga, a expulsão da escola - em suma o insucesso escolar.

A escola pode reforçar ou diluir as fracturas sociais e hoje, a educação é um dos maiores meios de selecção social - *“o fenómeno da exclusão atinge hoje tais proporções que se torna intolerável e impõe a redução da fractura entre aqueles que sabem e aqueles que não sabem”* (Livro Branco sobre Educação e Formação, p.33)

O Livro Branco afirma ainda *“As discriminações positivas a favor de públicos menos favorecidos socialmente tornam-se indispensáveis , em particular nos subúrbios e nos bairros difíceis das nossas grandes cidades. A falta de tais medidas, só poderá agravar a fractura social. Estes bairros devem, pelo contrário, beneficiar de auxílios públicos acrescidos e da concentração de meios institucionais, em proveito de políticas que se apoiem nas autoridades locais e no tecido social, nomeadamente, através do meio associativo. Devem dispor de professores mais qualificados - e não de principiantes ou temporários - que utilizem as novas tecnologias de informação. O apoio escolar deve ser reforçado, em estreita ligação com as famílias”* (p.31)

No entanto, a escola tem tido dificuldades em mudar neste mundo da alta tecnologia, as propostas mais salientes que ressaltam do Livro Branco no que se refere à exclusão social e escolar parecem-me ser as seguintes:

DO PONTO DE VISTA DO SISTEMA EDUCATIVO:

- flexibilidade na adaptação à diversidade de públicos e necessidades,
- qualidade nos conteúdos e metodologias de ensino,
- inovação nas respostas - empresas de inserção, escolas de 2ª oportunidade, escolas aceleradas, etc.,
- ligação educação/formação/emprego,
- canalização de recursos especiais mas sobretudo de recursos humanos qualificados e bem remunerados para zonas problema,
- uma concepção da educação como formação contínua (para alunos e para professores),
- redescobrir as motivações, as capacidades de aprender, as aptidões sociais dos grupos mais vulneráveis e mais fugitivos face ao sistema educativo (minorias étnicas, meios sociais desmotivados, etc.),
- autonomia e responsabilização das instituições educativas,
- novas formas de financiamento da educação,
- uma avaliação cuidadosa desses investimentos e dos seus resultados.

A escola tem um papel fundamental numa sociedade democrática que procura novas vias. Termino com uma nova citação do Livro Branco: *“A escola deve adaptar-se, mas permanece um instrumento insubstituível do desenvolvimento pessoal e da integração social de cada indivíduo. Muito lhe é pedido, porque muito pode dar”* (p.32)

Dr.^a Márcia Trigo

Boa tarde a todos. Em primeiro lugar, queria agradecer à Senhora Presidente do Conselho Nacional de Educação e ao Prof. Veiga Simão, terem-me convidado para participar neste Encontro. Aprendi imenso durante a manhã. Dou o dito durante a manhã como enquadramento geral à minha intervenção, em especial o que a Isabel Guerra explicitou. Tratarei 4 pontos, para além de uma pequena introdução de enquadramento ao tema que designei “Excluir a exclusão escolar”:

1. Para uma escola plural ou Diferenciar a Pedagogia e Celebrar as Diferenças
2. Excluir a exclusão (ponto central)
3. Em Portugal, como vamos de exclusão escolar?
4. A finalizar

Começo por dizer que na luta contra a exclusão escolar é preciso “mudar a sociedade para mudar a escola e mudar a escola para mudar a sociedade” (Perenoud, 1995).

Em jeito de introdução, explicitarei por isso que a luta contra a exclusão escolar se trava, fundamentalmente:

- Por um lado, dentro dos “muros da escola”, através da construção do sucesso escolar e educativo para todos os alunos e, em especial, para os que se apresentam como diferentes: na origem social e económica, na cultura de origem, na maior distância da cultura escolar maioritária, no domínio ou uso das linguagens básicas: português, matemática, língua estrangeira e informática;
- Por outro lado, a luta contra a exclusão escolar trava-se **fora da escola**, pela “**inclusão social da escola**” nas respectivas comunidades educativas, valorizando o “local”: na abordagem e selecção dos currículos e das estratégias pedagógicas; na administração e gestão da escola; na mobilização de recursos e competências lo-

cais; no desenvolvimento do projecto educativo da escola ou de associações de escolas; na construção de parcerias e de trabalho continuado com as famílias dos alunos; com a respectiva autarquia; com os serviços locais de saúde; da solidariedade e segurança social; os serviços para a qualificação e o emprego; os serviços da juventude e, ainda, com outros actores locais. É este o sentido da **territorialização**, enquanto forma de contextualizar, localmente, a acção política e a administração da educação (João Barroso, 1996).

O **combate à exclusão escolar** é, assim, um combate sem tréguas, no interior e no exterior da escola. **Esconjurar a exclusão escolar**, na expressão de Perrenoud, passa por isso: por mudar a escola para mudar a sociedade e por mudar a sociedade para mudar a escola.

Neste combate contra a exclusão escolar, os anos 90 ficarão **também** na história da educação como a década das grandes declarações e dos importantes relatórios, centrados na consagração da educação básica e das necessidades educativas fundamentais², como forma de resistir à exclusão escolar, sendo de destacar:

- 1990 -A Conferência Mundial sobre Educação Para Todos, realizada em Março de 1990, sob os auspícios da UNESCO, UNICEF, PNUD e BANCO MUNDIAL;
- 1991 -A Declaração da Conferência dos Ministros da Educação da OCDE realizada em Paris, em Junho de 1991 sobre “Uma Educação e uma Formação de Qualidade Para Todos;

² - Estas necessidades dizem respeito, quer aos instrumentos essenciais da aprendizagem (leitura, escrita, expressão oral, cálculo matemático, resolução de problemas) quer aos conteúdos educativos fundamentais (conhecimentos, aptidões, valores, atitudes) de que o ser humano precisa para sobreviver, desenvolver as suas faculdades, melhorar a sua qualidade de vida, tomar decisões esclarecidas continuar a aprender “Conferência de Jomtien”, 1990.

- 1994 -O Relatório da U.E. sobre “A Luta Contra o Insucesso Escolar - Um Desafio Para a Comunidade Europeia”, publicado pelo PEPT em colaboração com o DEPGEF em 1995;
- 1995 -O Livro Branco sobre a Educação e a Formação, da UNIÃO EUROPEIA;
- 1996 -O Relatório Delors, sobre Educação para o Séc. XXI, realizado para a UNESCO e publicado em 1996.
- 1996 -finalmente, o relatório da OCDE sobre **Lifelong Learning For All**, que dá conta da reflexão produzida por esta organização, em Janeiro de 1996, por ocasião da reunião dos Ministros da Educação.

1 - PARA UMA ESCOLA PLURAL, OU, DIFERENCIAR A PEDAGOGIA E CELEBRAR AS DIFERENÇAS

Para descrever o público escolar dos anos 80/90 a palavra e o conceito **heterogeneidade** é, sem dúvida, o mais empregado e adequado.

De facto, pode afirmar-se que, em muitos casos, as escolas estão situadas no meio de verdadeiros guetos: guetos de precariedade económica, guetos de outras culturas, guetos de rejeição da escola.

Esta heterogeneidade do público escolar manifesta-se sobretudo:

- nos níveis e ritmos escolares muito diversos;
- no **saber ser** e **saber fazer** muito particulares;
- nos modos de vida diversificados, tanto ao nível da cultura, da religião ou da língua de comunicação e de pensamento;
- na ausência de tempo, condições (mesa, luz, etc.) e, até, nalguns casos, de casa própria para fazer os chamados e tão valorizados

trabalhos de casa, transformados para estas crianças em trabalhos forçados e sem sentido.

A Escola Democrática ou Para Todos - generosa por excelência nos seus princípios e objectivos gerais - é frequentes vezes, nas suas práticas escolares e pedagógicas de todos os dias, uma escola que silenciosa e suavemente conduz à interiorização pelos alunos da sua menoridade cognitiva, cultural e comportamental, transformando-os, por esta via, em produtores do seu próprio insucesso escolar e educativo.

A **heterogeneidade** é porém mais do que isso: são adolescentes trabalhando para além do horário escolar ou mesmo durante o horário escolar em trabalho subordinado, desqualificado, mal pago e clandestino, ou, ainda, vivendo sem domicílio fixo e em ruptura total (ou parcial) com a família.

Mas, a **heterogeneidade pode e deve ser um factor potencial de enriquecimento**, um lugar de encontro de diversidades culturais e experienciais, em que as diferenças são celebradas porque enriquecedoras para todos. Convido-os a visitar, entre outras, a escola EB1 nº 4 de Oeiras e a professora de excelência que é a Manuela Castro Neves que trabalha com crianças de origem cigana e outras origens.

A escola de hoje, face sobretudo ao alargamento da escolaridade obrigatória e à democratização do ensino, é **uma escola heterogénea**, tanto ao nível dos alunos e seus contextos, como ao nível dos professores (Formosinho, 1992). Há que olhar esta heterogeneidade não como uma fatalidade mas como um recurso. E isto porque se sabe hoje que o *insucesso escolar não é uma fatalidade* e que as crianças não estão destinadas a ser boas ou más alunas, tudo dependendo do funcionamento da escola e da sua interacção com o meio social e as características de cada criança.

Já em meados dos anos sessenta, quando a **“teoria dos dons”**³ fazia o seu caminho tranquilizador de consciências, Bloom demonstrou que

³ - A **Teoria dos Dons** atribui as causas do insucesso escolar aos alunos e respectivas capacidades individuais, enquanto a **Teoria Sócio-Institucional** centra na es-

são poucas as crianças afastadas do sucesso educativo por falta de desenvolvimento intelectual e que, pelo contrário, a maioria das crianças - independentemente da origem social, cultural e económica - é capaz de aprender conteúdos complexos, desde que haja uma adequação da organização escolar e das práticas pedagógicas às características dos alunos.

A *Pedagogia Diferenciada* opõe-se por isso não só à uniformidade dos conteúdos, já que é possível realizar as mesmas aprendizagens através de itinerários diversos, como condena a uniformidade dos ritmos de progressão e a uniformidade de métodos, de didáticas e de práticas pedagógicas e organizacionais.

A atenção às diferenças propõe por isso, também, a cada professor uma **análise de si próprio**, com vista à tomada de consciência do efeito das suas expectativas (positivas ou negativas) nos alunos com os quais interage sobretudo na sala de aula, mas também noutros espaços e tempos escolares. Dito de outra maneira, até que ponto o comportamento do professor não induz no **aluno diferente** que essa diferença constitui um défice em relação à norma escolar e às expectativas do professor, fazendo-o assim interiorizar que a causa do insucesso escolar reside no próprio aluno (princípio da “profecia que se cumpre por si mesma⁴”) e conduzindo-o, subtil mas inexoravelmente, como já dissemos: **primeiro**, para caminhos da auto-responsabilização pelo próprio, insucesso, e, **depois**, para e pelos caminhos da exclusão escolar. É também nesta perspectiva que podemos falar da construção do (in)sucesso pela própria escola e induzida pelo próprio professor, mesmo que muitos não tenham disso consciência.

cola e na sua tradicional **indiferença às diferenças** a principal causa do abandono e do insucesso escolares.

⁴ - Este princípio correlaciona-se com o conhecido mito de **Pigmaleão**, o qual obteve pelo seu desejo e trabalho persistentes que a deusa do Amor transformasse, na única mulher por quem se apaixonou, a estátua que Pigmaleão aperfeiçoava diariamente. A esperança ou expectativa positiva conseguem operar a transformação de uma estátua num ser humano.

Ora, na linha de Philippe Perrenoud, acreditamos na tripla fabricação do (in)sucesso escolar, através designadamente, dos **currículos** (uniformes, centralizados, extensos, tipo modelo único pronto a vestir) da **avaliação** e do **apoio pedagógico** dado (ou não) a cada um dos alunos para construir o seu percurso escolar: ao seu ritmo e a partir dos seus saberes, da sua linguagem, crenças e comportamentos interiorizados.

A concretização da diferenciação do ensino pode ser tentada de formas diversas, de acordo com os meios de que se dispõe, o nível do curso em que se trabalha, os graus de liberdade consentidos pela instituição, a escala à qual se actua (classe, equipa, estabelecimento, sistema), o credo pedagógico e as teorias perfilhadas. Há tentativas muito técnicas (objectivos, grelhas criteriosas, regulações precisas) e outras próximas da escola activa (auto-avaliação, autonomia, pedagogia de projecto); tentativas que se reclamam da **pedagogia de mestria** ou de **pedagogia por objectivos** e outras vigorosamente demarcadas destas; tentativas marginais e outras largamente apoiadas pelas instituições (Perrenoud, 1995), como é o caso, entre nós, da experiência dos *currículos alternativos*, da *pedagogia multicultural*, dos *apoios pedagógicos acrescidos*, dos *territórios educativos de intervenção prioritária* e das *escolas de qualidade para todos*.

Em síntese:

- a) a diferenciação não condena à uniformidade dos conteúdos; é possível atingir as mesmas aprendizagens através de itinerários e vias diversas; a diferenciação apoia-se, pois, num determinado currículo entendido como sequência de experiências formativas;
- b) a diferenciação não se baseia na uniformidade dos ritmos de progressão, das estratégias e dos contratos didácticos;
- c) não pode limitar-se ao apoio e às remediações clássicas;
- d) não é sinónimo de individualização do ensino. É verdade que não existe diferenciação sem uma gestão mais individualizada dos processos de ensino; isso não significa, porém, que os alu-

nos trabalhem sozinhos ou apenas com o professor, mas sim que há regulação e percursos individualizados;

e) e não pode ser confinada a nenhuma metodologia, nenhuma idade, nenhuma categoria de conteúdos ou de competências.

Às escolas e aos professores que abraçam contínua e renovadamente projectos e estratégias de construção do sucesso uma palavra é devida para que mais ninguém se perca pelos corredores largos e longos do trabalho infantil, do trabalho desqualificado e mal remunerado, da marginalidade escolar e social,... sem esquecer que o combate à exclusão escolar não se trava unicamente dentro dos muros da escola, mas, passa também pela **integração da escola na sua comunidade de referência** e pelo **reforço da dimensão social do seu trabalho**.

2 - EXCLUIR A EXCLUSÃO

Uma das vias para conviver com a heterogeneidade passa por um melhor sucesso dos alunos nas aprendizagens escolares básicas e fundamentais. Ora, diferenciar o ensino não é tornar a classe homogénea. A pedagogia diferenciada visa fazer progredir cada aluno, tendo em conta as suas aquisições anteriores, as suas capacidades, o seu ritmo, as suas diferenças culturais, linguísticas ou mesmo religiosas. Para isso é importante respeitar a progressão dos alunos nas diversas etapas de um trabalho, de forma a que **cada momento e cada aprendizagem seja relevante para cada um dos alunos**.

Os princípios da progressividade na resolução de problemas ou na compreensão de situações ou de textos; o trabalho em grupo; a alternância entre trabalho em grupo e trabalho individualizado; entre trabalho cognitivo e trabalho prático; entre tempo de trabalho e tempo de lazer; a introdução da tecnologia e da manualidade para todos, bem como dos métodos experimentais também para todos; o estudo dirigido; os grupos de necessidades específicas (português, matemática, segunda língua) são algumas das referências obrigatórias sempre que se fala em praticar uma pedagogia diferenciada, **dando mais, mas doutra**

maneira, a quem tem ou sabe menos ou sabe diferente. E, a regra, é saberem a partir do concreto, das inúmeras experiências de vida ligadas à manualidade, à tecnologia e ao saber fazer... e, menos ao saber dizer (sobretudo noutra língua de comunicação e de cultura); ao conceptualizar; ao abstracto e ao desconhecido. Excluir a exclusão escolar é optar todos os dias por **centrar a aprendizagem nos alunos** e realizar - pelo método das tentativas persistentes e da esperança que é a última a morrer - a utopia da **“Excelência Para Todos”**, o que equivale a dizer que é preciso: **dar mais, dar melhor e dar diferente** a quem tem menos.

A escola de hoje é atravessada por duas vagas fundamentais, sendo a primeira, **a revolução da inteligência, numa sociedade do saber e da informação**, e, constituindo a segunda vaga o **contínuo aumento das exclusões escolares**. As duas vagas caminham a par, mas a segunda compromete o “take off” da primeira. Por isso se impõem, com importância cada vez maior, as intervenções integradas em relação a um determinado território: intervenções escolares, sociais, habitacionais e urbanas. Aqui uma palavra de saudação para a experiência dos Territórios Educativos de Intervenção Prioritária, lançados no ano lectivo corrente. Longa e densa vida para eles e para os territórios que se lhe seguirem. Como referência, a indicação de que a França, em 1994/95, trabalhava com 558 zonas de educação prioritária (ZEP) que integravam 5334 escolas (correspondendo a cerca de 12,5% dos alunos do ensino público) 716 colégios, 92 liceus profissionais ou tecnológicos e 34 liceus. O caminho que ainda temos por percorrer é longo... mas já o iniciámos.

Tudo o que de qualidade e de excelente se fizer por estas escolas e estes territórios é mais valia ganha para o conjunto da sociedade portuguesa na qual há, como em qualquer outra, limites de desigualdade e de violência para que a coesão social e a identidade nacional existam e funcionem.

Este realizar da **excelência para todos** não consiste como diz Chaveau (Ainsi change l'école, 1993) em dar a centralidade apenas a uma das seguintes lógicas:

- **lógica patologista** que apenas vê deficientes, deficiências nos alunos, nas famílias, nos professores, nas escolas e no bairro, dando por isso o primado da intervenção aos especialistas do “handicap”, da pobreza e às actividades de remediação; ensino especializado, reeducação, assistência social e, transformando o esforço educativo unicamente num vasto campo de intervenção social.
- **lógica higienista** que considera que as crianças diferentes sofrem massivamente de insuficiências fisiológicas: sono, fadiga, má alimentação, agressividade, instabilidade, privilegiando por isso medidas como: repouso, educação física, reforço alimentar e assumindo estes aspectos o papel de pré-requisitos higiénicos para qualquer actividade cognitiva. A escola torna-se, segundo Chaveau, neste caso e gradualmente, num anexo do Centro de Saúde e do Centro da Segurança Social;
- **lógica lúdico-derivativa** equivalente à escola dos tempos livres; dos clubes, das actividades de complemento curricular, de oficinas de expressão, festas, viagens, espectáculos, exposições, feiras (medievais quase sempre pelo menos entre nós). Implicitamente este modelo repousa sobre a ideia que a luta contra o insucesso exige redução e/ou menos importância dada ao trabalho intelectual. Em vez de melhorar, diferenciar e reforçar a acção didáctico-pedagógica, este modelo tende a **valorizar tão só as actividades sócio-culturais**.
- A **lógica populista e exótica** que exalta ao extremo e tão só “a cultura de origem”, ou a cultura do bairro, ou a cultura rural, ou cigana ou africana, transformando-as num gueto, já que muitas dessas práticas, com exclusão das outras culturas contribuem concretamente para acentuar a divisão entre o escolar e cultural, o cognitivo e o afectivo, porque “a feudalização à residência cultural e de origem” vai a par com a marginalização e o fenómeno de gueto (Seksig, 1990).

Qual, então, a alternativa?

Trata-se ao invés das visões parcelares referidas, de construir uma escola onde todos esses aspectos tenham o seu lugar, no quadro de uma nova corrente, a que me associo, de organizar o **partenariado educativo local, as práticas pedagógicas dos professores e a gestão da escola**, à volta de um núcleo duro que denominaremos à falta de melhor por “*socialização / diferenciação / métodos experimentais / tecnologia / inteligência / excelência*”, fazendo de cada escola, de cada associação de escolas, de cada território educativo prioritário, escolas ou territórios de qualidade, centrados nas aprendizagens à volta dos saberes fundamentais: aquisições cognitivas tais como a leitura, a escrita, as actividades experimentais, os apoios metodológicos para desenvolver a capacidade de aprender, de organizar e de gerir e gerir-se e, ainda, sobre os locais e equipamentos de excelência (CDI, salas de informática de qualidade, centros de recursos, base de dados ligação em rede, vias nobres e socialmente valorizadas de ensino qualificante), e, evidentemente, à volta da organização de tempos livres, do desenvolvimento e formação pessoal e social, da realização da cidadania plena e da pluralidade de excelências.

Dito de outra maneira, esta nova corrente defende para os territórios e escolas desfavorecidas o que de melhor se faz no ensino, em vez de centrar a sua intervenção sobre os défices e as particularidades - reais ou supostas - das populações desfavorecidas.

Em síntese, é urgente reflectir sobre a **exclusão doce**, através de uma gestão, igualmente doce, da marginalidade escolar, como forma de evitar a questão de fundo: **educação escolar de qualidade para todas as crianças, independentemente da sua origem social, étnica ou religiosa**. É tempo de, na luta contra a exclusão escolar, casar inovação pedagógica e saberes; inovação e qualidade; inovação e excelência, ou melhor, excelências. Isto pressupõe que esta ideia da **inovação-excelências**, seja, nas zonas desfavorecidas, partilhada pelo conjunto dos actores locais.

É que a alternativa para os jovens desfavorecidos joga-se entre a **excelência pedagógica**, ou, o **aparteid** e o **dualismo social** (Chaveau, 1994).

Trata-se, sobretudo, de construir **para todos** e, sobretudo no que se refere ao ensino básico, uma **Escola da Valorização das Diferenças**, a par-

tir do que cada criança é, sabe e conhece, **mas sem que isso** sirva um currículo que desvalorize as aquisições cognitivas e sociais, necessárias e identificadas como essenciais, e por isso obrigatórias em cada um dos níveis e graus de ensino, até como indispensáveis para desenvolvimentos futuros, ao longo de toda a vida.

Mais do que nunca, o insucesso escolar gera o insucesso social, isto é, uma vida de insegurança, de marginalização e de dependência dos mecanismos da assistência social, quando existem e funcionam para estes jovens.

O abandono escolar e o insucesso educativo induzem para a divisão social do trabalho e para a exclusão social. E as economias paralelas e subterrâneas e mesmo clandestinas absorvem o abandono escolar precoce como absorvem o insucesso e a ausência de qualificação profissional. Por outro lado, as sociedades potencialmente inovadoras, as que conseguem influenciar o seu futuro são aquelas que investem largamente e prioritariamente no crescimento da sociedade civil, através da valorização de todos os cidadãos com maiores níveis de escolaridade e mais densos laços de cooperação e solidariedade de *todos com todos*, promovendo a emergência e o desenvolvimento de um *tecido social denso*, cada vez mais exigente em relação à qualidade da educação e da formação, até porque a *competitividade* se situa hoje na confluência entre dois sistemas - o da *produção* e o da *formação* dos homens - ambos exigindo uma cultura de *escolaridade* simultaneamente de *longa duração e qualificante para todos*.

3 - E EM PORTUGAL? COMO VAI A EXCLUSÃO ESCOLAR?

Em Portugal, o Programa do XII Governo Constitucional assume **A Educação Para Todos** como um dos quatro grandes princípios orientadores da política de educação e o projecto do PACTO EDUCATIVO PARA O FUTURO dispõe que a educação para além de ser **um direito de todos** é um assunto de todos, propondo-se também “O desenvolvimento de medidas visando a promoção das aprendizagens e o sucesso

de uma escolaridade para todos os alunos, designadamente ao nível do ensino básico (...)"

Este compromisso encontra plena justificação no fraco desempenho do sistema de ensino, em especial ao nível do ensino básico, fundamental para todas as aquisições e desenvolvimentos futuros, como dissemos.

De facto, para o ano de 1991/92⁵ o desvio etário dos alunos em relação à idade normal de frequência é de 35,3%, 47,8% e 54,3% respectivamente para o 1º, 2º e 3º ciclos do ensino básico (DEPGEF, 1995) e, em relação ao ano de 92/93, a desistência mais o abandono é de 35,3% no conjunto 2º e 3º ciclos, de acordo com o estudo realizado pelo PEPT, em 1995⁶. Ou seja, no limiar do ano 2000, mais de 100.000 alunos são anualmente excluídos do sistema educativo sem ter cumprido a escolaridade obrigatória, o que constitui um dos caminhos mais rápidos para a exclusão social.

E quanto ao sucesso e à **qualidade do sucesso ou sucesso pleno** dos que ficam na escola. Qual a situação?

No 2º ciclo a taxa de transição é de 83,6%, mas este número esconde elevadas taxas de insucesso a uma ou mais disciplinas, em regra, o Português e a Matemática, já que apenas 65,3% dos alunos transitados o fazem com sucesso a todas as disciplinas, ou seja cerca de 1/3 dos alunos não têm sucesso pleno e interiorizam por vezes em anos sucessivos experiências de insucesso no que é básico e fundamental.

No 3º ciclo, a situação piora, já que a taxa de transição é de 78,9%, mas, dos **alunos transitados apenas 49,2% o fazem com**

⁵ - SISTEMA EDUCATIVO PORTUGUÊS - SITUAÇÃO E TENDÊNCIAS EM 1992, DEPGEF, 1995.

⁶ Ferrão (João), CARACTERIZAÇÃO REGIONAL DOS FACTORES DE ABANDONO E INSUCESSO ESCOLAR NOS 2º E 3º CICLOS DO ENSINO BÁSICO NO ANO LECTIVO DE 1992/93 - Edições PEPT, 1996.

sucesso a todas as disciplinas, não tendo portanto sucesso pleno 50,8% dos alunos.

4 - A FINALIZAR

Felicito viva e calorosamente o Conselho Nacional de Educação e a Comissão Nacional do Ano Europeu da Educação e da Formação ao Longo da Vida por mais esta iniciativa que tem o sabor acrescido da parceria institucional.

Estas e outras actividades levadas a efeito, no quadro do ANO EUROPEU DA EDUCAÇÃO E DA FORMAÇÃO AO LONGO DA VIDA celebram a nosso ver todas as medidas legislativas e todas as decisões que explicitamente afirmam a urgência e a importância de uma **cultura da resistência à desigualdade**, mas, sobretudo celebram, dão voz, espaço e tempo a algumas (apenas algumas) das investigações, das experiências e das práticas pedagógicas que nas instituições de ensino superior, nas instituições científicas e de profissionais da educação e, sobretudo, nas escolas demonstram que o insucesso escolar **não é uma fatalidade** e que as crianças, nesta sociedade plural do fim do século, **não estão condenadas à exclusão social e escolar**, já que as nossas sociedades no Séc. XXI estão condenadas a ser, não apenas **Sociedades Cognitivas, Sociedades da informação e do Saber**, mas, **Sociedades Diversas e Plurais**. Para que isto aconteça é preciso, na expressão de Perrenoud que:

1. O insucesso escolar incomode
2. Recusar que o insucesso escolar é uma fatalidade
3. Diferenciar, construindo, sem descanso, o sucesso e a qualidade para todos, no quadro e como pré-requisito de uma educação/formação ao longo de toda a vida.

E, em simultâneo, acrescentarei eu, actuar também sobre o contexto exterior à escola.

Eng. Mário Seca

Muito boa tarde a todos. Antes de mais, gostaria de agradecer ao Conselho Nacional de Educação na pessoa do seu Presidente, Prof^a. Dr.^a Teresa Ambrósio, o convite que me dirigiram para participar neste Seminário “Educar e formar ao longo da vida”, em particular neste 2º painel, “A exclusão escolar e social”. Aceitei com a maior satisfação, pois este tipo de problemas sempre me tem preocupado ao longo da minha vida profissional, já que contribuem duma maneira muito concreta e se reflectem no bom ou mau andamento da actividade económica e empresarial. Será, aliás, numa perspectiva empresarial que irei abordar o tema da exclusão escolar e social, correndo embora o risco de repetir algumas ideias que a Sr.^a Prof^a. Doutora Isabel Guerra, sempre com um sentido abrangente nas suas intervenções, provavelmente já terá enunciado.

Como a Sr.^a Dr.^a Isabel Guerra referiu, no mundo empresarial os fenómenos da mudança que hoje dominam o mundo - a globalização da economia, a mundialização dos mercados, a revolução tecnológica e a massificação da informação - colocam as empresas perante novas necessidades de saberes e competências que, se não forem atendidos de forma eficaz e pragmática, darão indubitavelmente origem a novas formas de exclusão. Este é um problema dramático com que nos estamos a defrontar e com que nos iremos defrontar de uma maneira muito mais grave a curto prazo.

Numa análise retrospectiva, acho interessante procurar analisar o que se passou no nosso país ao longo das últimas décadas no respeitante à exclusão escolar e social, na tentativa de uma melhor compreensão da situação actual e na antevisão do muito que há a fazer para a corrigirmos o mais e melhor que soubermos e pudermos.

Caracteriza-se o período até ao início da década de 70 pela existência de um carácter elitista, pela ausência de uma política da educação orientada para todos, por uma deficiência da cobertura da rede escolar primária.

ria e por uma quase ausência do secundário, sobretudo nas regiões não urbanas. Ainda me lembro de que no meu tempo escolar, no Porto, a segunda cidade do país, havia dois liceus apenas, e não muitos alunos. O gravíssimo baixo nível de condições económicas e de vida das populações rurais, famílias de grande dimensão em que o contributo do trabalho de todos se revelava fundamental, deu origem ao trabalho infantil, que ainda hoje se mantém, num estado de precariedade a todos os níveis, com baixo desenvolvimento empresarial e ausência de resposta em matéria de oportunidades de emprego.

Contudo, nos anos 40, durante o último período da Segunda Guerra Mundial e pós-guerra, dada a resultante destruição da indústria europeia, assiste-se em Portugal a um certo desenvolvimento empresarial e do ensino técnico-profissional como resposta à necessidade de artífices e trabalhadores qualificados, quer para a indústria quer para o comércio. É importante que isto se diga. Criam-se assim novas oportunidades, na sua essência aproveitadas pelas camadas populacionais de fracos recursos mas de reconhecido interesse para o mundo do trabalho. Estabelece-se uma maior aproximação da empresa à escola, mas, por outro lado e de forma espontânea, criam-se sinais de clivagem social, separando populações escolares do chamado ensino liceal e do ensino profissional. Ainda me lembro da diferenciação que existia entre um e outro, no meu tempo.

Nos meios rurais subsistem as ausências de oportunidade escolar, o que se reflecte no facto de só famílias economicamente mais favorecidas e preparadas poderem apoiar os seus filhos na continuidade dos seus estudos. Infelizmente subsiste o condicionamento industrial, que a gente nova já não conhece porque não é do seu tempo, mas que foi impeditivo do aparecimento de novas empresas e da modernização do tecido empresarial, que daria certamente lugar à criação de postos de trabalho e ao desenvolvimento de novas tecnologias, fundamental para o progresso do país.

Em síntese e em termos gerais, podemos concluir que até ao início da década de 70 o modelo educacional não continha dispositivos de iden-

tificação e de combate à exclusão escolar e social e reflectia-se da seguinte forma: grande parte da população sem escolaridade, baixa percentagem da população apenas com o ensino primário, muito reduzida percentagem com formação técnica, liceal e superior, fraca capacidade de resposta em matéria de formação de profissionais para o exercício de uma profissão empresarial. A empresa era obrigada a desenvolver competências próprias e na maioria dos casos a produzir com reduzido valor acrescentado.

Apesar disto, emerge uma primeira forma de formação profissional para quadros e gestores quer a nível da Associação Industrial Portuguesa, a que eu estou ligado, (através da COPRAI), quer do Instituto Nacional de Investigação Industrial - INII.

Já nessa altura, ocupando eu em Moçambique o lugar de Presidente da Associação Industrial de Moçambique, convidei técnicos do INII e da COPRAI, que encetaram a formação de quadros gestores e de quadros superiores de empresas.

No início da década de 70 - faça-se uma justa referência para evitar as confusões que persistem no nosso meio - o Prof. Veiga Simão, então Ministro da Educação, deu um grande contributo ao impulso do ensino, caracterizado pela criação de novas universidades, as Universidades do Minho, de Aveiro, de Évora e a Universidade Nova de Lisboa, pela criação dos Institutos Politécnicos nas sedes de distrito e pelo início de uma remodelação do ensino escolar básico com a obrigatoriedade de uma 8ª classe, só a partir da qual se faria a opção entre o ensino profissional e a continuação do ensino liceal, exactamente para evitar distinções sociais e uma exclusão social entre os alunos de umas escolas ou de outras.

No entanto, no período pós 25 de Abril de 1974 e na tentativa de procurar respostas imediatas para o atraso registado, aponta-se para o ensino de massas e simplesmente extingue-se o modelo formativo técnico-profissional, o que constituiu um erro gravíssimo e provocou um atraso enorme no desenvolvimento da indústria e que ainda hoje se sente no nosso tecido empresarial. Não foi o Prof. Veiga Simão, foram

os que vieram a seguir que não deram continuidade à reforma por ele iniciada.

Se bem que criam-se condições de apoio às famílias desfavorecidas quer do ponto de vista financeiro, quer social.

As empresas ressentem-se da falta de oferta de profissionais intermédios preparados para o processo produtivo, numa altura em que, como sabem, já com o advento do regime democrático e com sinais de abertura à CEE, era fundamental que a concorrência portuguesa pudesse dispor de elementos devidamente qualificados para atender a um crescimento regrado, que se impunha.

Como resposta, também positiva, emerge um sistema de formação profissional mais activo, liderado pelas empresas e associações empresariais, ainda mais reforçado com a posterior criação de centros protocolares com o Instituto do Emprego e Formação Profissional e as associações sectoriais. A nova sociedade aberta coloca assim exigências de formação de base mais sólida e conseqüentemente exige dos actores sociais, económicos e políticos uma intervenção mais orientada para a educação formal e profissional. Aliás, todos os países evoluídos hoje são-no porque deram a devida importância à cultura, à educação básica e à formação profissional. É o caso do Japão, que já antes da Guerra tinha como escolaridade obrigatória o 5º ano do liceu, ou seja, a 9ª classe.

As preocupações contra a exclusão colocam-se em dois grandes patamares: por um lado o estado e as instituições de ensino procuram atacar o problema criando obrigatoriedade de escolaridade mínima e desencadeando programas de combate ao insucesso escolar, que é sem dúvida um elemento perturbador e acelerador da exclusão escolar e, por outro lado, o sistema formativo procura responder às lacunas de qualificações, à prevenção do desemprego e à conseqüente exclusão.

Como dissemos no início da nossa intervenção, o mundo actual coloca as empresas perante novas necessidades, saberes e competências e é fundamental que as atinjamos, sob pena de sermos excluídos, não em termos de qualidade social, mas sim em termos de país, que é muito

mais grave. A resposta a estas necessidades repousa em sistemas de ensino orientados para as actividades empresariais e sistemas de formação complementar para resposta aos saltos e à evolução tecnológica. Este novo referencial exige, contudo, uma nova atitude e um novo posicionamento de todos no sentido de obstar à emergência de novas formas de exclusão.

Assim, revela-se cada vez mais necessário que o sistema formal de ensino se torne moderno, atractivo e de qualidade e que contenha dispositivos de referência para ataques a questões críticas de exclusão, sobretudo dos novos grupos emergentes, (famílias desprotegidas e em limiares de sobrevivência, grupos de risco em recuperação, minorias étnicas e emigrantes luso-descendentes que vêm para Portugal e que têm uma grande dificuldade em se integrarem na nossa sociedade).

Os dispositivos de referência devem, ainda, identificar, limitar e actuar por forma a obstar à emergência do trabalho infantil. Também as empresas devem ver o trabalho infantil na óptica da exclusão escolar e por isso não alimentar o sistema, embora se reconheça que muitas das vezes são os próprios pais das criancinhas que, vivendo em dificuldades económicas, vão pedir que as empresas os empreguem como forma de sobrevivência da família... Temos que procurar corrigir isto, o que implica vários tipos de acção.

É fundamental que os sistemas de educação e formação profissional, quer de activos, quer de jovens à procura do primeiro emprego se revelem abertos, flexíveis, diversificados. A flexibilidade do trabalho é obrigatoriamente o futuro e há a este propósito uma grande contestação; eu próprio tive grandes intervenções em processos de associações com os sindicatos, que normalmente protestavam contra a flexibilização. O trabalhador tem que ter um grande grau de cultura e de qualificação para poder fazer face à evolução tecnológica e para poder continuar a manter um emprego, não tenhamos ilusões.

Esta resposta de aquisição de novas competências e qualificações exigidas à sociedade global verifica-se quer a nível de novas profissões e perfis profissionais de índole técnico e tecnológico, quer dignificando e

enobrecendo as profissões técnicas e intermédias. Não o fazendo estamos a contribuir para uma fuga dessas especializações profissionais que são absolutamente essenciais à sociedade, não tenhamos ilusões. Temos que respeitar da mesma maneira um médico, um electricista ou um mecânico de uma fábrica, são igualmente dignos sob o ponto de vista humano.

Há que realçar o papel que vêm desempenhando as escolas tecnológicas. Estive durante 6 anos com o Prof. Veiga Simão e com o Eng. Braga Lino a dirigir as Escolas de Tecnologia Mecânica da AFTEM Associação para a Formação Tecnológica de Engenharia Mecânica e de Materiais. São escolas para as quais já se exige um grau de conhecimentos do 11º ano e (neste momento vamos passar para o 12º ano de escolaridade), em que as matérias dadas formam os alunos não só com uma cultura geral essencial em português, inglês, etc., como também na parte fundamental de novas tecnologias. Damos um carácter de polivalência e de flexibilidade aos alunos, que no último semestre estagiam em empresas e devo dizer que todos os alunos saídos da escola têm encontrado emprego imediato nas empresas onde estagiaram. Isto é prova evidente de sucesso escolar quando o ensino é bem coordenado entre a escola e a empresa.

O modelo deve proporcionar condições de igualdade de oportunidades para homens e mulheres, outra questão muito importante, nomeadamente em matéria de acesso aos novos saberes, no sentido de evitar novas formas de exclusão, hoje em dia tão patentes sobretudo nos que têm e nos que não têm acesso aos novos conhecimentos e tecnologias. Esta exclusão escolar e social resultante sobretudo da facilidade de acesso às novas tecnologias de informação e de informática, que determinados grupos alvo têm e outros não têm, é já uma nova realidade de exclusão que importa identificar e minimizar.

Vivemos e viveremos futuramente numa sociedade onde tudo acontece a um ritmo vertiginoso, por isso a evolução do sistema educativo e formativo deve ser rápida e consentânea com as exigências colocadas às modernas sociedades competitivas e ao seu tecido empresarial. A for-

mação de base ampla de jovens e adultos é um imperativo, quer para a construção de alicerces culturais sólidos que são fundamentais para o desempenho futuro de qualquer função, quer como instrumento facilitador de novos conhecimentos de índole profissional para a sua evolução ao longo da vida, fundamentalíssimo.

É evidente que o futuro das sociedades modernas assenta cada vez mais na acumulação de competências e qualificações técnicas e científicas, saberes e aptidões sociais que o seu capital humano detém. Torna-se por isso necessária a realização de investimentos permanentes nos sistemas educacionais e de formação profissional. Não regateemos nunca o dinheiro dado para estes sistemas, nunca, já que eles constituem a alavanca do progresso e desenvolvimento das nações. Devo dizer a este propósito que mais do que uma vez, falando com o Ministro, lhe disse, “não dê dinheiro à indústria directamente, dê dinheiro para o ensino e para a formação” - é a base do progresso de qualquer país.

Os sistemas educacionais eficazes devem conter modelos de avaliação da qualidade, aferidos não só para avaliação dos saberes, mas também para a sua adequabilidade à realidade das empresas, aspecto extremamente importante. É fundamental que se dê a maior atenção à formação de formadores e de professores, avaliando as suas competências, remunerando-os adequadamente e dignificando as suas profissões. Vivemos numa economia em permanente mutação, em que as questões do emprego são cruciais. Grande parte das respostas para estas questões são encontradas nos sistemas de educação e formação flexíveis e evoluídos, adaptados às perspectivas de trabalho e de emprego.

Por outro lado, as pequenas profissões artesanais que se descuidaram enormemente no nosso país podem desempenhar também um papel muito importante para evitar a exclusão, sobretudo quando a formação escolar de base não possibilita a essas pessoas outras formas de actividade. Em Trás-os-Montes há um processo muito interessante iniciado por um familiar meu há 4 ou 5 anos atrás sem apoio nenhum do governo, com o objectivo de reactivar determinadas formas artesanais que se perderam e que se estão a tentar reconquistar de novo. É algo de fun-

damental e todos os países da Europa, mesmo os mais evoluídos, dão-lhe enorme importância.

No quadro da União Europeia, as relações entre o sistema educativo e o sistema de formação profissional são constantemente debatidas, já que cada vez mais se defende o princípio da existência de competências de base no seio da educação de acordo com a lógica da educação profissional, que privilegia a aprendizagem orientada para a profissão, a partir de uma estreita relação escola-empresa, insisto. O conceito de competência-chave generaliza-se quer ao ensino, quer à formação, aumentando a flexibilidade das qualificações e das próprias profissões.

Para a manutenção dessas competências torna-se relevante a existência de um sistema de formação contínua e ao longo da vida activa, assumindo neste quadro a educação e a formação de adultos resposta ao fenómeno da exclusão. As escolas de segunda oportunidade estão previstas no Livro Branco sobre Educação e Formação como uma das formas de luta contra a exclusão quer de jovens com insucesso escolar, quer de trabalhadores excluídos por processos de reestruturação ou de deslocalização de empresas, outro fenómeno extremamente grave a que se assiste no mundo todo, sobretudo no mais evoluído. As empresas localizavam-se, concebiam projectos, sub-contratavam a pequenas empresas uma série de componentes, e de repente essas pequenas empresas viram-se desalojadas do mercado - o que fazer a esses trabalhadores e a essas empresas?

Dai, quanto mais qualificação tiverem as empresas em si e os seus trabalhadores, mais facilmente se poderão adaptar a outro tipo de produtos e produções e manter-se no mercado. No Japão, um dos países mais industrializados do mundo, a indústria automóvel goza de uma alta inovação tecnológica e existia primitivamente um carácter quase religioso na relação entre a empresa-mãe e as empresas subcontratadas, a que chamam “keiretsu”. Para poderem permanecer no mercado, os japoneses viram-se a certa altura obrigados a contratar componentes fora do mercado japonês, o que levou algumas dessas empresas a morrer, enquanto outras sobreviveram porque já tinham desenvolvido um grau de

competência e desenvolvimento tecnológico de tal maneira elevado que puderam manter-se noutra tipo de produção.

Estas escolas de segunda oportunidade, a meu ver, devem contar obviamente com a participação das empresas e serem votadas para a formação necessária ao novo mundo empresarial.

A finalizar e em síntese, diria que numa perspectiva de combate à exclusão a escola e a empresa devem protagonizar uma intervenção complementar de instituições de aquisição de saberes, devendo-se quebrar continuamente a barreira psicológica e sociológica que afasta a escola em relação à empresa, promovendo a sua aproximação e integração em contexto social e moderno. Pugne-se pela abertura contínua da educação ao mundo do trabalho e da sua permanente adequabilidade às necessidades contínuas das empresas!

A empresa deve incrementar o seu protagonismo enquanto organização que aprende, constituindo ela própria território por excelência para aprendizagem e desenvolvimento de competências. Há que incrementar e alargar a todos os níveis de ensino os mecanismos de cooperação de estabelecimentos de ensino em empresas, introduzindo processos mistos de aprendizagem, como aliás já se vem fazendo com sucesso no caso que eu referi das escolas tecnológicas.

Há que obstar à formação superior de jovens em áreas sem escoamento para o mundo do trabalho. Estamos a contribuir hoje para imensas formações superiores de jovens que depois não têm no mundo do emprego qualquer tipo de colocação. Há que regulamentar o ensino para novas profissões e saídas profissionais, quer do sector produtivo, quer do ramo terciário ou outros.

Fomente-se a todos os níveis de ensino o espírito empreendedor e empresarial, criando a partir do sistema formal riquezas específicas e diversificadas que conduzam à criação de empresas e ao desenvolvimento de projectos autónomos.

Finalmente, gostaria de lembrar um pensamento que todos conhecem e que me está sempre na cabeça. Jean Monet disse, quase no fim da sua

vida, que se pudesse recomeçar a construção da Europa começaria pela cultura, pela educação e pela formação profissional. Em Portugal ainda estamos muito longe... Quando vejo em Viena de Áustria a educação musical que faz parte integrante do ensino e que é também uma forma de promoção e de evitar exclusões... Nós é quase zero...

Muito obrigado, peço desculpa do tempo que lhes tomei.

Pe. Amadeu Pinto

Antes de passar ao debate, gostaria muito rapidamente de trazer ao de cima uma ou outra ideia que a mim próprio me sensibilizou, relativamente aos três intervenientes.

Muito concretamente, quanto à Prof^a. Isabel Guerra, gostei e parece-me que é importante reflectir sobre isso, da maneira como acentuou a imagem da situação em que nos encontramos, que é de passagem, de crise, etc., mas que "reganhemos o futuro". É uma expressão muito bonita. Frisou também bastante a questão da competição exagerada e desenfreada que pode gerar, fatalmente, exclusão. Se calhar, aí, temos de reflectir muito, porque também nas nossas escolas há muita competitividade que não devia ser admitida. Também disse que a liberdade é uma coisa a conquistar, uma responsabilização, e depois falou na questão da igualdade de oportunidades, que é preciso encarar como um projecto e não propriamente como qualquer coisa que se mede. E pergunta "que diferenças contempla?". É importante reflectir, porque creio que a igualdade de oportunidades deve assentar basicamente nessa relação entre as diferenças que são as pessoas, que todos nós somos diferentes uns dos outros, graças a Deus! Quanto ao papel da escola, seria talvez importante que a sociedade, nós todos, ao olharmos para ela não estívéssemos constantemente a perguntar-lhe o que ela pode dar à socieda-

de, mas também que nos perguntássemos o que a escola pode esperar da sociedade, o que é que a sociedade deve dar à escola.

A Dr.^a Márcia Trigo frisou uma ideia que me é muito cara, a mim pessoalmente - quando se fala da escola plural, o facto de sermos capazes de diferenciar as pedagogias e celebrar as diferenças. Julgo que é uma prática importantíssima e que nos ajudará certamente a esconjurar a exclusão, sabendo que para esconjurar a exclusão, é absolutamente indispensável que nos impliquemos, todos, na mudança da escola. A escola serve quem? Serve as pessoas que andam na escola ou pretendemos manter um sistema que serve interesses corporativos? Bom, deixo a questão no ar. Depois a frase bonita de “excluir a exclusão”, que, naturalmente, nos leva para um ensino personalizado, até à utopia da excelência.

O Sr. Eng. Mário Seca, começando por dizer que os avanços tecnológicos de hoje nos colocam, a nós todos, e até às empresas, perante a necessidade de novos saberes, novas capacidades, com risco de virmos, todos, (pessoas, empresas e países), a entrar numa dinâmica de exclusão, fez uma referência histórica ao evoluir um tanto ou quanto oscilante do nosso sistema educativo, referindo muito concretamente que, após o 25 de Abril, não tivemos - e somos bem nós, é a nossa geração - verdadeiramente, a capacidade para corresponder aos novos desafios de uma explosão escolar espantosa. Chama-nos depois a atenção para a necessidade de o sistema de ensino se tornar moderno, atractivo, de qualidade, integrado e integrador de todos, concretamente das etnias, etc. Combater o trabalho infantil e a formação das nossas escolas deveriam ir, muito, no sentido da formação, quer a de base, quer a contínua, verdadeiramente polivalente e marcada pela flexibilidade, para que, depois, possamos perspectivar, validamente a questão da igualdade de oportunidades. Fez-me muito bem ouvir que é preciso que não se regateiem meios e dinheiro à escola, porque a cultura é a base de tudo. Antes de passar a palavra lanço um desafio ao Sr. Eng. - a ver se põe todas as empresas a pensar assim!

DEBATE

Dr. Salvado Sampaio

Sem subestimar as duas primeiras intervenções, referia-me à última num aspecto que está ligado à minha própria vivência.

Realmente, no fim da guerra puseram-se novos problemas na sociedade portuguesa. Portugal, nos anos 30 foi o único país da Europa que reduziu a escolaridade obrigatória de 5 para 3 anos, fechando as escolas do Magistério. Depois disso houve o livro fundamental "Linha de Rumo" do Eng. Ferreira Dias, que se opunha à tal visão mais portuguesa de Portugal do António Ferro e que apresentava as perspectivas do sector desejoso da industrialização. E o que sucede? Há dois ministros que representam essa perspectiva, o Ministro Leite Pinto e o Ministro Veiga Simão. Para quem estuda este problema é curioso ler o que ocorreu nos debates da Assembleia Nacional e a oposição que o Ministro Veiga Simão tinha em relação aos saudosos do antigo ruralismo e da apologia da pobreza que era peculiar ao Salazar dos anos 30.

Só houve uma coisa que não percebi no que o Sr. Eng. declarou - considerou como positiva a perspectiva do Ministro Veiga Simão aumentar a escola única de 6 para 8 anos, que era o que estava contido na reforma. Porque é que não seria positivo aumentá-la de 6 para 9 anos, como veio a ser feito depois do 25 de Abril? Não só se aumentou de 6 para 9 anos a escola única, que é característica dos países mais desenvolvidos da Europa, como nessa altura ela tinha uma componente tecnológica e de educação cívica e politécnica a que está ligado o nome de Rui Grácio e que depois veio a ser extinta e veio a ser licealizada.

Quanto aos outros aspectos, apresenta as perspectivas legítimas da Associação Industrial Portuguesa. Só há uma coisa que eu não percebo bem em Portugal, quando se encara o trabalho infantil, mas isto em todos os sectores - esquecem um aspecto do trabalho infantil que não é menos importante do que ocorre no campo da indústria, é o trabalho infantil no sector agrícola. Nas escolas que eu visitei e de que fui de certo modo responsável, quando tinham um regime de horário único, ao

chegar o momento das vessadas e das regas as crianças deixavam de ir à escola. É um factor que tem sido omitido e que tem perdido força na medida em que a tem perdido também o sector primário.

Saúdo as pessoas que fizeram as intervenções deste painel. Acho que a educação, em termos globais, tem que se considerar numa perspectiva sociológica. Num país onde crescem as disparidades regionais por um lado e as disparidades sociais por outro não é viável efectuar o cumprimento de uma obrigatoriedade escolar de 9 anos. É dramático o que o Sr. Ministro da Educação aqui disse de manhã, quando mais de um terço da população portuguesa não tem condições para cumprir essa obrigatoriedade escolar.

Outra coisa que eu queria referir e que me parece importante - há excepções! Foi aqui apontado o caso da Prof^a. Manuela Castro Neves, que como muitas outras professoras consegue superar problemas, mas tal é válido para casos excepcionais, não é válido para casos generalizáveis e verificamos como o sucesso ou insucesso é condicionado por factores de natureza social.

Outra coisa que referiria e que aqui não foi tratado - e não tinha que ser - é que tenho um pouco de receio do fundamentalismo multiculturalista, ou seja, acho que a escola tem que ter em conta que o seu fulcro é a criança, mas tem ao mesmo tempo que contribuir para a promoção dessa mesma criança e para a sua integração em sociedades mais desenvolvidas.

Terminando, acharia importante frisar que não se pode isolar a aquisição dos aspectos cognitivos das outras áreas do saber, ou seja, a aprendizagem constitui um todo e a realização noutras áreas, que não sejam as cognitivas, contribui para o reforço das aquisições cognitivas.

E disse.

Pe. Amadeu Pinto

Muito obrigado. Agradecia que as intervenções fossem o mais sintéticas possível, porque devíamos estar a terminar. Não sei se a Sr.^a Presidente do Conselho nos dá algum tempo mais... Diz que sim, muito obrigado.

Prof. Doutor Vítor Matos Lobo

Professor de Química da Universidade de Coimbra

Já há muitos anos escrevi um artigo, onde era então, e continuo a ser, favorável a uma livre opção das disciplinas a partir do antigo 3º ano do liceu, portanto do agora 7º ano de escolaridade obrigatória. A par das disciplinas que poderíamos chamar de cariz académico, como Química, História, etc., haveria todo o tipo de disciplinas vocacionais como cabeleireiro, cozinheiro, fotógrafo, mecânico, carpinteiro, condução de automóveis. Efectivamente, já há mais de 30 anos frequentei uma escola nos Estados Unidos da América onde tive esse sistema; até fiz a disciplina de condução de automóveis, de dactilografia, etc., a par de disciplinas de cariz académico, como Física e outras.

Também seria a favor de que mesmo para as disciplinas de cariz académico houvesse mais que um nível, dois níveis, por hipótese, um mais elementar para que as pessoas com menor capacidade de abstracção pudessem aprender um pouco e um outro para que os outros pudessem aprender um pouco mais. Sou muito contrário, sempre fui, a que obrigemos todas as crianças a aprender Matemática, Química, História, Filosofia, etc., quando estariam muito melhor a aprender qualquer outra coisa de cariz muito mais prático, como disse V.Ex.^a, Sr. Eng.. Devo dizer que gostei muito, muito da sua intervenção.

Eu próprio tive disso um pouco de experiência, já há bastantes anos, por motivos diversos. Um filho meu deu explicações (gratuitas!) a uma filha duma nossa empregada que já tinha reprovado 3 vezes no antigo 2º ano do liceu porque não era capaz de aprender fracções, de compreender o que era $1/5$ ou $1/6$. Por mais maçãs e laranjas que o meu filho lhe cortasse, não dava. É perfeitamente ridículo que se tenha de obrigar uma pessoa daquelas a aprender Matemática, ou Física ou Química, a aprender o que é que quer dizer H_2SO_4 ou qualquer coisa que o valha. Dá-me ideia que, se seguissemos por esse sistema, poderíamos minimizar muito o problema da exclusão social a que V.Exas se referiram, porquanto os alunos estariam a aprender qualquer coisa de muito mais interesse para eles. Poderíamos, como V.Exª, Sr.Eng., citou, dar um contributo muito mais positivo para o sector produtivo.

Para ser muito breve e se V.Exas. me desculpam a franqueza, diria às Senhoras Oradoras, Dr.ª Isabel Guerra e Dr.ª Márcia Trigo, que o sistema que V.Exas. propõem, que poderia estar muito bonito no plano ideal, ficaria, na minha óptica, extraordinariamente caro. Não havia fundos que resistissem e também duvido que haja gente capaz de o fazer. Seria como querermos montar em todas as cidades portuguesas um espectáculo de ópera todos os dias similar ao do Scala de Milão. Não só ficaria muito caro, como não teríamos com certeza Maria Calas suficientes para o preencher.

Portanto, e para terminar, tenho a impressão de que temos de enveredar por qualquer coisa de prático desse tipo.

Voz Masculina

Gostaria de valorizar um aspecto realçado na última intervenção e que se articula com as questões debatidas da parte da manhã - a valorização das empresas como organizações que aprendem e que potenciam e des-

envolvem as aprendizagens individuais e colectivas daqueles que nelas intervêm.

Ora bem, esta valorização do trabalho como contexto formativo implica de facto uma diluição das tradicionais fronteiras entre a educação e a formação, e penso que para que o trabalho seja de facto formativo é necessário garantir condições para que ele o seja efectivamente, é preciso que se construam mecanismos de reconhecimento e de validação das competências adquiridas em situações de trabalho, é preciso também valorizar o indivíduo e as suas aquisições. É uma estratégia integrada entre o indivíduo e a organização e é através desta integração de facto que se conseguirão desenvolver estes processos.

Por outro lado, e como a Prof^a. Teresa Ambrósio referiu da parte da manhã, penso que a orientação profissional contínua tem um papel fundamental na prevenção da exclusão social. Não falamos só em orientação profissional inicial, mas mais ao nível da contínua, porque de facto todos os processos de inserção e desinserção ao longo de toda a vida activa do indivíduo fazem um apelo muito grande ao papel desta orientação profissional contínua. Para isso temos que valorizar e reforçar sistemas de informação profissional mais actualizados em relação à evolução do mundo do trabalho e prestar informações nesse sentido. Mais, a orientação profissional contínua deveria dar um apoio à definição dos projectos individuais viáveis, digamos assim, partindo das aspirações e das potencialidades pessoais e também do próprio sistema onde a pessoa está inserida, numa articulação muito grande com a própria gestão que a empresa faz dos indivíduos e das suas competências. Esta orientação deveria fazer um apoio à pilotagem que o indivíduo faz da sua carreira ao longo de toda a sua vida activa, na medida em que estamos efectivamente a falar de um sistema de educação e de formação de adultos ao longo da vida, e a formação aqui desempenha um papel fundamental, uma formação mais individualizada, um apoio aos percursos personalizados e mais flexibilidade.

Prof. Doutor Augusto Santos Silva

Tenho apenas uma pergunta muito simples a fazer à Márcia Trigo e à Isabel Guerra: o que é que pensam das duas principais propostas que o Livro Branco tem no capítulo contra a exclusão social, que são as propostas de valorizar, por um lado, as escolas de segunda oportunidade e, por outro lado, aquilo a que chama o serviço voluntário europeu? Todas as perguntas têm um implícito e o implícito na minha pergunta é a minha opinião pessoal de que são propostas muito pobres e um pouco perversas, mas gostava de saber a vossa opinião.

Pe. Amadeu Pinto

Muito obrigado. Passo imediatamente a palavra aos intervenientes daqui; vou-lhes dar 2 minutos a cada um, se alguém não os preencher, outros poderão usá-los.

Prof^a. Doutora Isabel Guerra

É pena não termos um pouco mais de tempo para discutir essa relação entre formação e emprego. Parece evidente que uma boa formação não significa necessariamente um bom, e seguro, emprego. Mas também poderemos ver o problema ao contrário, isto é, um bom emprego não é possível sem uma boa formação. De facto, se não há uma relação linear entre formação e emprego há concerteza uma estreita associação. Conhecemos hoje países africanos, com graves problemas de desenvolvimento, que têm uma perfeita noção de que a aposta nos sistemas edu-

cativos lhes irá trazer trunfos amanhã. Torna-se necessário pensar nesta articulação entre formação e emprego a curto, médio e longo prazo, o que é pouco frequente. Porque há uma verdade iminente – não há desenvolvimento se não tivermos mão-de-obra qualificada.

A relação entre exclusão social e exclusão escolar é bastante estreita. Tal como a Dra. Márcia Trigo focou, a escola é um parceiro do desenvolvimento local. É impossível pensar combater a exclusão sem inserir nesse pensamento a escola como instituição de inserção social. Mais uma vez, parece ser o ovo de Colombo – ter um olhar integrado sobre os problemas, detectar onde estão as dinâmicas de mudança naquele local concreto, e investir naquelas crianças e naqueles jovens para dar um salto em frente. Só um olhar multidisciplinar permite analisar a problemática complexa da exclusão, a escola é uma dimensão entre outras e de grande importância. Felizmente já há experiências desse tipo de intervenção e bem interessantes.

Quanto ao problema das escolas de segunda oportunidade, as propostas do Livro Branco são muito pobres, nesta como noutras dimensões. Se o diagnóstico parece adequado, as respostas face às questões levantadas ao nível da exclusão parecem muito incipientes. Mas, também a nossa experiência de currículos alternativos é muito pobre e está por avaliar. Tenho para mim que a resposta poderia ser encontrada numa nova articulação entre cultura, educação e formação via empresa.

Finalmente, temos a noção de que os jovens *excluídos* dos nossos bairros urbanos adoram a escola – os colegas, os professores – só não gostam das aulas. Temos jovens, crianças da rua que vão dormir ao pátio da escola. É um dos seus poucos locais de referência. Os sociólogos deveriam rever a sua teoria da escola como reprodução, que parece agora tão simplista. A escola é também referência, a escola e também é onde alguém um dia os ouviu e acarinhou.

Repito a articulação entre empresa, cultura, e escola parece ser uma via mais útil de refazer os “currículos alternativos”. Não sei se é uma segunda oportunidade, mas poderá ser uma outra aposta.

Pe. Amadeu Pinto

Ela não se atreveu a dizer o que eu lhe disse, porque afinal são as mulheres que mandam no mundo, mas...

Dr.^a Márcia Trigo

Gostaria de fazer uma referência a um aspecto que me foi colocado pelos Senhor Conselheiro sobre o que designou por formações profissionais básicas. De facto, quanto à formação profissional básica a sociedade e as empresas necessitam de várias profissões desde pedreiros, marceneiros, carpinteiros, electricistas, etc. E, quanto a nós, é fundamental e extremamente importante que essa formação seja dada e que a escola não fique alheia ou desvalorize essas formações. Mas, é igualmente importante, que a educação/formação estimule a criatividade e a capacidade empresarial e empreendedora do indivíduo, por exemplo. Isso irá contribuir para a criação de empresas e mesmo de micro-empresas e para eliminar a exclusão, sendo por isso extremamente enriquecedor dos próprios indivíduos, dos grupos e da sociedade em geral.

Não podemos, porém, esquecer que, em simultâneo, é indispensável garantir uma escolaridade básica de qualidade para todos, onde estejam presentes, para além da iniciação à experimentação, quatro linguagens fundamentais: português, inglês, matemática e informática.

Concordo evidentemente com o Senhor Conselheiro quando afirma que a nossa escola básica não privilegia (e devia fazê-lo) a manualidade, a técnica e a tecnologia.

Pe. Amadeu Pinto

Reforçando e reafirmando um muito obrigado em nome do Conselho Nacional de Educação, da sua Presidente e em nome de nós todos, dou por terminada a sessão. Diria simplesmente que, se calhar, este painel daria para muitos Seminários. Por isso fica o desafio no ar, porque vale a pena. Creio que foi bom.

Muito obrigado.

